

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.1711/2022
CONTRATO Nº 052/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
PASSAGEM FRANCA-MA E A EMPRESA SEBASTIÃO
ALVES DOS REIS EIRELI.**

A Prefeitura Municipal de Passagem Franca-MA, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ sob o nº 10.438.570-0001-11, situada na Praça Presidente Medice, nº 503, Passagem Franca-MA, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, Senhor Antônio Renato Madeira de Sousa, portador do CPF nº 038.192.193-07, e a empresa SEBASTIAO ALVES DOS REIS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 12.026.916/0001-08, situada na AV SAO LUIS, nº 08, VILA APARECIDA, PARAIBANO - MA, CEP: 65.670-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Sebastião Alves dos Reis, portador do CPF nº 038.368.153-70, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 001.1803/2022, e o resultado final da **Tomada de Preços nº 004/2022**, com fundamento na Lei nº 8.666/93, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

Cláusula Primeira – DO OBJETO:

- 1.1 O presente contrato tem pôr objeto Construção e Revitalização de Quatro Praças (Bairro Mutirão, Faveira, Rua nova e Povoado Jussara), no Município de Passagem Franca/MA.
- 1.2 Os serviços serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.

Cláusula Segunda – DO FUNDAMENTO LEGAL:

2.1. Este contrato tem como amparo legal a licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 004/2022** e rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes. A proposta de preços apresentada passa a integrar este contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR CONTRATUAL:

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ 1.048.670,52 (Um milhão e quarenta e oito mil e seiscentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Cláusula Quarta – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

INFRAESTRUTURA		
DESCRIÇÃO	CÓDIGO	NOME
PODER	02	Poder executivo
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	05	Secretaria de Infra - Estrutura
ATIVIDADE/PROJETO	15.451.0005.1.030	Construção Reforma e Ampliação de Praças,

		Parques e Jardins.
ELEMENTO	3.3.90.39.00	Outros serv. de terc. Pessoa jurídica
FONTE RECURSO	1500000000	Recursos não vinculados de impostos
ELEMENTO	4.4.90.51.00	Obras e Instalações
FONTE RECURSO	15000000000	Recursos não vinculados de impostos
FONTE RECURSO	17000000000	Outros convênios da união
FONTE RECURSO	17010000000	Outros convênios do estado

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA:

5.1. O prazo de vigência do Contrato será de **90 (noventa) dias**, a partir da data da assinatura, podendo tal prazo ser prorrogado nas hipóteses elencadas no parágrafo primeiro do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

5.2. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar.

Cláusula Sexta – DA EXECUÇÃO E LOCAL DAS OBRAS/SERVIÇOS:

6.1. A empresa contratada terá o prazo definido no Cronograma Físico-Financeiro do Projeto Básico para execução das obras/serviços, incluídas a mobilização e desmobilização;

6.2. Os serviços serão executados no Município de Passagem Franca – MA, conforme detalhamento do Projeto Básico.

6.3. A expedição da Ordem de Serviço Inicial somente se efetivará após a assinatura do Contrato.

Cláusula Sexta – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da entrega da fatura/medição dos serviços, devidamente atestada pelo setor competente, da seguinte forma:

7.1.1.1. Faturas/medições: serão pagas mediante apresentação da Nota Fiscal, Medição contendo os quantitativos de serviços efetivamente executados pela contratada e conferidos pela fiscalização, **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica** e após a comprovação de que a empresa contratada está em dia com as obrigações perante a **Previdência Social, o Fundo de Garantia Sobre Tempo de Serviço e os Tributos Federais**, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débitos.

7.1.1.3. Os Boletins de Medição, deverão ser assinados pelo Eng.º Fiscal e pelo Responsável Técnico da contratada;

7.1.1.4. Caso a Administração achar necessário ou conveniente, poderá exigir cópias das Guias da Previdência Social-GPS e de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços-FGTS, devidamente quitado, relativo ao mês da última competência vencida e Outros documentos relativos à prova de cumprimento dos encargos previdenciários e trabalhistas pela CONTRATADA.

7.2. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos para pagamento ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro entregue e aos materiais empregados.

7.4. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, devidamente comprovado por meio de documento oficial, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto os tributos que possuem regras próprias de apuração e recolhimento que poderão ser retidos.

7.4. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado ao contratado caso o mesmo se encontre em situação irregular perante a Previdência Social, o Fundo de Garantia Sobre Tempo de Serviço e tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

Cláusula Oitava – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

8.1. O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, mediante as devidas justificativas. A referida alteração, caso haja, será realizada através de termo de aditamento.

Cláusula Nona – DA FISCALIZAÇÃO:

9.1. A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato pelo fiscal, consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93.

9.3. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.

9.4. Além das atividades constantes no projeto básico, são atribuições do fiscal de obra:

9.2.3. Disponibilizar, sempre que necessário relatório constando informações gerenciais da obra.

9.2.4. Aferir as medições dos serviços executados que deverão ser acompanhadas por registro e pelas respectivas memórias de cálculo.



RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Autarquia Federal

7.4 O prazo para a entrega de documentos necessários para a emissão de notas fiscais eletrônicas será estabelecido mediante publicação no Diário Oficial da União.

7.5 Quando de pagamento de tributos, o contribuinte deverá apresentar o comprovante de pagamento em conjunto com a declaração.

7.6 A autoridade competente poderá, por simples nacional, estabelecer, mediante publicação no Diário Oficial da União, a obrigação de retenção de impostos e contribuições sociais em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica e de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

7.7 É vedada expressamente a retenção de impostos de renda de pessoa física e de pessoa jurídica em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, exceto em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

7.8 Nenhum pagamento será devido ao contribuinte em decorrência de operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, exceto em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

7.9 Nos casos de eventual atraso de pagamento de impostos de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios e multa de mora, de acordo com o disposto no art. 171 do Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica, aprovado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e de multa de mora de acordo com o disposto no art. 171 do Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica, aprovado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL

EM = Emissão eletrônica de notas fiscais e declarações de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica
I = Índice de atualização fiscal, constante no Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica
V = Valor de cada parcela de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica
VF = Valor da parcela em atraso

ANEXO II - DA ATUALIZAÇÃO FISCAL

8.1 O índice de atualização fiscal será estabelecido nos termos do art. 171 do Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica, aprovado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e de multa de mora de acordo com o disposto no art. 171 do Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica, aprovado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

ANEXO III - DA FISCALIZAÇÃO

8.2 A autoridade competente poderá, por simples nacional, estabelecer, mediante publicação no Diário Oficial da União, a obrigação de retenção de impostos e contribuições sociais em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica e de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

8.3 O contribuinte deverá apresentar o comprovante de pagamento de impostos de renda de pessoa física e de pessoa jurídica em conjunto com a declaração de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, exceto em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

8.4 A autoridade competente poderá, por simples nacional, estabelecer, mediante publicação no Diário Oficial da União, a obrigação de retenção de impostos e contribuições sociais em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica e de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

8.5 Nenhum pagamento será devido ao contribuinte em decorrência de operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, exceto em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

8.6 É vedada expressamente a retenção de impostos de renda de pessoa física e de pessoa jurídica em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, exceto em operações de crédito de valores que possam gerar créditos de imposto de renda de pessoa física e de pessoa jurídica.

8.7 Nos casos de eventual atraso de pagamento de impostos de renda de pessoa física e de pessoa jurídica, o valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios e multa de mora, de acordo com o disposto no art. 171 do Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica, aprovado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e de multa de mora de acordo com o disposto no art. 171 do Regulamento do Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica, aprovado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

9.2.5. Solicitar, formalmente, a contratada, nos eventuais aditivos e paralisações, justificativa técnica respectiva e com base na mesma, formar juízo de valor desses eventos e encaminhar a documentação necessária para instâncias superiores providenciarem as medidas cabíveis aos mesmos.

9.2.6. Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

9.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

9.4. Caso seja constatado o descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima – DO REAJUSTE DO PREÇO E REEQUILIBRIO DO CONTRATO

10.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica ou outro que vier a substituí-lo;

10.1.1. Nos casos em que a prorrogação dos prazos seja de inteira responsabilidade da contratada, os contratos não serão reajustados.

10.2. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times \frac{I - I_0}{I_0} = \text{onde:}$$

R - Valor do reajustamento calculado;

V - Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);

I₀ - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base.

10.2.1. Outro índice poderá ser empregado, desde que seja adequado ao objeto e mais vantajoso para administração pública.

10.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

10.4. DO REEQUILIBRIO

10.4.1. Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo em razão de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

CONTRATO DE PRECATORIO

Entre os signatários abaixo assinados:

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria técnica e administrativa, necessários à elaboração e execução de projetos de engenharia e arquitetura, a serem executados em nome do contratante, sob a supervisão e orientação do contratador.

1.2. O presente contrato é celebrado com base no Edital nº 001/88, de 15 de maio de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 16 de maio de 1988.

1.3. A execução do presente contrato será realizada pelo contratado, sob a supervisão e orientação do contratante, em conformidade com o Edital nº 001/88, de 15 de maio de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 16 de maio de 1988.

1.4. O presente contrato é celebrado com base no Edital nº 001/88, de 15 de maio de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 16 de maio de 1988.

CLÁUSULA DE DEFINIÇÃO - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de consultoria técnica e administrativa, necessários à elaboração e execução de projetos de engenharia e arquitetura, a serem executados em nome do contratante, sob a supervisão e orientação do contratador.

1.2. Nos casos em que o contratado for responsável por danos materiais ou morais, decorrentes da execução do presente contrato, o contratado será responsável por indenizar o contratante.

1.3. Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \times I - I = \text{valor}$$

R - Valor do reajustamento calculado
V - Valor contratado dos serviços e bens prestados
I - Índice (IMC) da conta 33 de FIV correspondente à data de referência (15 meses da data base)
I0 - Índice (IMC) da conta 33 de FIV correspondente à data base

1.4. O presente contrato é celebrado com base no Edital nº 001/88, de 15 de maio de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 16 de maio de 1988.

1.5. A periodicidade de entrega de relatórios e prestação de serviços de consultoria e administração será de acordo com o Edital nº 001/88, de 15 de maio de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 16 de maio de 1988.

1.6. DO RESCISÓRIO

1.6.1. O presente contrato é celebrado com base no Edital nº 001/88, de 15 de maio de 1988, publicado no Diário Oficial da União em 16 de maio de 1988.

10.4.2. A contratada deverá formular à Administração requerimento para revisão do contrato, comprovando a ocorrência do aludido fato, acompanhado de planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, demonstrando o quanto o aumento de preços repercutiu no valor total pactuado;

10.4.3. A planilha de custos referida no item 11.4.2 deverá vir acompanhada de documentos comprobatórios, tais como, notas fiscais alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

Cláusula Décima Primeira – DO RECEBIMENTO DAS OBRAS/SERVICOS:

11.1. A fiscalização receberá após a constatação de que a obra/serviço está de acordo com o Contratado:

11.1.1. **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado informando o término das obras e/ou serviços;

11.1.2. **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observando o disposto no Artigo 69, da Lei 8.666/93;

a) O prazo de observação e vistoria é de 60 (sessenta) dias consecutivos para que seja expedido o Termo de Aceite e Recebimento Definitivo das obras e serviços.

11.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à Fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a serem apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

11.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra objeto da Licitação que originou o presente Contrato, e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato.

Cláusula Décima Segunda – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

12.1. Constituem obrigações da Contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação contratual, conforme cronograma físico-financeiro;

12.1.5. Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;

12.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Passagem Franca - MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.1.8. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais e emitido o termo de recebimento definitivo da obra.

12.2. Constituem obrigações da Contratada:

12.2.1. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a salda-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

12.2.2. Observar todas as leis, regulamentos e Código de Posturas do Município, especialmente as de Segurança Pública e as Normas Técnicas da ABNT, bem como atender ao pagamento das despesas decorrentes de impostos e taxas, da aplicação das leis trabalhistas, de seguros, inclusive contra terceiros, e da expedição das licenças necessárias a execução deste CONTRATO.

12.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

12.2.4. Executar a obra ora contratada em rigorosa observância as especificações técnicas, estabelecidas pelo CONTRATANTE, integrantes deste instrumento e atender a todas as especificações técnicas, projetos, bem como as normas aplicáveis da ABNT, complementares e outras pertinentes ao objeto desta licitação;

12.2.5. Responder de maneira absoluta e inescusável, pela perfeita técnica das obras, quanto ao processo de aplicação dos materiais, inclusive suas quantidades;

12.2.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.7. Manter permanentemente, na direção da obra, um profissional qualificado, devidamente habilitado junto ao CREA, obrigando-se a substituí-lo e retirá-lo, bem como a toda pessoa que, direta ou indiretamente, com ele se relacione a qualquer título, mediante solicitação do CONTRATANTE;

12.2.8. Fornecer todo o material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas e tudo o mais que se fizer necessário a perfeita execução do presente CONTRATO;

12.2.9. Fornecer e fiscalizar a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, em conformidade com as normas técnicas vigentes, para cada serviço a ser executado;

12.2.10. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que porventura ocorram na execução das obras e serviços;

12.2.11. Manter na obra, com total acesso da fiscalização diariamente, diário de obras, onde estejam registradas e atualizadas todas as informações relativas a obra;

12.2.12. Colocar e manter a placa da obra, conforme especificações e condições estabelecidas pelo Contratante, no edital e anexos e, ainda, de acordo com a legislação do CREA;

12.2.13. Manter o engenheiro constante do atestado de responsabilidade técnica durante toda a execução da obra e quando necessária sua substituição, que seja por profissional que possua qualificação técnica igual ou superior, mediante solicitação e autorização expressa do CONTRATANTE;

12.2.14. Responsabilizar-se, pelo prazo de 5 (cinco) anos, pela execução dos serviços, bem como pela solidez e segurança do trabalho, em razão dos materiais ou do solo, exceto quando a Contratada prevenir por escrito, em tempo hábil, o Contratante;

12.2.15. Obter as suas custas todas as licenças e franquias necessárias, pagando os emolumentos, previstos por lei e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes as obras e segurança publica, assim como ao cumprimento de quaisquer formalidades e ao pagamento das multas porventura impostas pelas autoridades;

12.2.16. Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou ao participar da licitação de que resulta este contrato, bem como as mesmas condições de habilitação.

Cláusula Décima Terceira – DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS:

14.1. A troca eventual de documentos entre a Contratante e a Contratada, será realizada através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

14.1. A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da Contratante, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações nos casos previstos nos artigos 77 a 80 da referida lei;

14.2. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

14.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Quinta – DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não manter a proposta.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;



DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1.1. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

1.2. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

1.3. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

1.4. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1.5. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1.6. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

1.7. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

1.8. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1.9. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

1.10. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

1.11. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

1.12. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

1.13. O presente documento tem por objetivo declarar a responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento.

1.14. A responsabilidade de cada uma das partes envolvidas na execução do projeto, bem como a aceitação das condições e prazos estabelecidos no presente documento, é assumida por ambas as partes.

15.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

15.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

15.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

15.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

15.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

15.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

15.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do município de Passagem Franca - MA, ou deduzidos da garantia, caso exigida, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município de Passagem Franca - MA e cobrados judicialmente.

15.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Sétima – DA PUBLICAÇÃO

17.1. Será publicado na imprensa oficial, o resumo deste contrato, nos termos do artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Nona – DO FORO:

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Passagem Franca, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 02 (duas) vias de igual teor.

Passagem Franca – MA, 05 de abril de 2023.


SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Antônio Renato Madeira de Sousa
CPF nº 038.192.193-07
CONTRATANTE


SEBASTIAO ALVES DOS REIS EIRELI.
CONTRATADA
Sr. Sebastião Alves dos Reis
CPF nº 038.368.153-70
CONTRATADA